

Mailson concorda com novo decreto

Telefoto de Gustavo Miranda



Hugo Napoleão: a volta do controle

critérios — explicou.

Até o fim da noite de ontem, o Ministro da Educação, Hugo Napoleão, o Ministro da Fazenda em exercício, Paulo Ximenes, e o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, estavam reunidos para definir os detalhes finais do novo decreto. O Presidente José Sarney aguardava no Palácio da Alvorada o texto final, para assiná-lo.

O consenso não foi fácil. O MEC não abria mão da responsabilidade em relação às escolas, inclusive na determinação de preços e na fiscalização dos possíveis abusos; o Ministério da Fazenda relutava em transferir esta responsabilidade.

BRASÍLIA E WASHINGTON — O último obstáculo para o fim da liberação do reajuste das mensalidades escolares foi derubado: em telefonema da Embaixada do Brasil em Washington, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que defendia a liberação de preços, disse ao Presidente José Sarney que concorda com a essência do decreto elaborado pelo Ministério da Educação submetendo as escolas a novo regime de controle de preços.

Para Mailson, que chegou a aconselhar aos pais de alunos que transferissem seus filhos se estivessem insatisfeitos com os preços cobrados pelas escolas, a justificativa para sua mudança de opinião é clara.

— A sociedade pediu a volta do controle, porque se sentiu impotente para coibir abusos e não é possível o Governo opinar, de Brasília, qual é a qualidade de ensino da Amazônia. A sociedade tem melhores condições de fiscalizar este aspecto — disse.

O Ministro voltou, no entanto, a defender o princípio da retirada gradual do controle estatal da economia. Segundo ele, o decreto elaborado pelo MEC não fere este princípio.

— A proposta do MEC não fixa os preços das mensalidades diretamente, mas estabelece certos

Hugo Napoleão há havia encaminhado ao Presidente, na terça-feira, uma minuta de decreto propondo uma fórmula para o tabelamento das mensalidades a partir de abril: o total pago no segundo semestre de 1987 seria corrigido pela URP do primeiro trimestre de 1988; deste valor seriam deduzidas as mensalidades pagas em janeiro, fevereiro e março de 1988; a diferença seria dividida nas mensalidades de abril, maio e junho corrigidas pela URP, nas despesas de pessoal e pela OTN para gastos com material e outros custeios.

O Ministério da Fazenda propôs que as mensalidades de abril tivessem como base a que foi cobrada em dezembro corrigida pela URP, adicionando-se o índice do dissídio salarial dos professores. Queria ainda que a fiscalização continuasse a cargo dos Conselhos Estaduais de Educação e chegou a oferecer recursos para reaparelhá-los. Com suas propostas, elevou os sete itens do decreto apresentando pelo MEC para 13. O Ministro interino Paulo Ximenes acolheu a proposta de que qualquer elevação do preço deveria ocorrer com a permissão dos pais e concordou com a reivindicação do MEC de poder interferir diretamente quando não houver acordo das partes.